

Exceção de Insegurança no Direito Brasileiro

2022

Luiz Octávio Villela de Viana Bandeira

EXCEÇÃO DE INSEGURANÇA NO DIREITO BRASILEIRO

© ALMEDINA, 2022

AUTOR: Luiz Octávio Villela de Viana Bandeira

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

ESTAGIÁRIA DE PRODUÇÃO: Laura Roberti

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: Roberta Bassanetto

ISBN: 9786556275185

Maio, 2022

1819628

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bandeira, Luiz Octávio Villela de Viana
Exceção de insegurança no direito brasileiro /
Luiz Octávio Villela de Viana Bandeira. –
São Paulo : Almedina, 2022.

ISBN 978-65-5627-518-5

1. Contratos (Direito civil) 2. Direito civil
3. Direito civil – Brasil 4. Exceções (Direito)
5. Insegurança 6. Segurança jurídica I. Título.

22-103663

CDU-347(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Exceção de insegurança : Direito civil 347(81)

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Coleção IDiP

Coordenador Científico: Francisco Paulo De Crescenzo Marino

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	31
1.1. O risco e a segurança jurídica nas relações contratuais	31
1.2. Autotutela e a exceção de insegurança	36
1.3. A exceção de insegurança: passado, presente e futuro	39
1.4. Objetivo e alcance do estudo	43
2. AS EXCEÇÕES SUBSTANCIAIS	47
2.1. A qualificação como exceção	47
2.2. A origem da exceção no período formular	50
2.3. Outros sentidos de exceção	59
2.4. Características essenciais da exceção	61
2.4.1. O excipiente na posição de demandado	61
2.4.2. Paralisação da pretensão do excepto	63
2.5. Natureza jurídica da exceção: contradireito	66
2.6. Nossa proposta conceitual de exceção	75
2.6.1. Exceções processuais e exceções substanciais	76
2.6.2. Exceção substancial e sua diferenciação das objeções	77
2.6.3. Classificação das exceções substanciais	80
2.6.3.1. Exceções peremptórias ou dilatórias	80
2.6.3.2. Exceções dependentes e exceções independentes	82

3. EVOLUÇÃO DA EXCEÇÃO DE INSEGURANÇA	85
3.1. A construção do princípio inadimplenti non est adimplendum	85
3.1.1. Período romano e as soluções pontuais	86
3.1.2. Glosadores e direito canônico	91
3.1.3. Pós-glosadores	94
3.1.4. Síntese e situação moderna	98
3.2. Desenvolvimento histórico da exceção de insegurança	106
3.2.1. O pensamento de Pothier, código civil napoleônico e a tutela na compra e venda	106
3.2.2. BGB e a tutela nos contratos bilaterais	110
3.2.3. Tentativas de uniformização do direito privado e a influência da CISG nas atuais características da exceção de insegurança	115
3.2.4. Breves comentários sobre o direito de suspensão das prestações na common law	126
3.2.5. O panorama sul-americano	130
3.3. O desenvolvimento histórico da exceção de insegurança na perspectiva nacional	141
3.3.1. Pré-codificação: a tutela dilatória na compra e venda	141
3.3.2. Codificações: previsão de uma tutela suspensiva geral diante do risco de inadimplemento aplicável aos contratos bilaterais	151
4. PERFIL DOGMÁTICO DA EXCEÇÃO DE INSEGURANÇA	163
4.1. Características, natureza, funções e fundamento	163
4.2. Panorama geral da exceção de insegurança na doutrina e jurisprudência nacionais	178
4.3. Nossa proposta de delimitação conceitual de exceção de insegurança	186
4.4. Inadimplemento e risco de inadimplemento. A compreensão do risco tutelado pela exceção de insegurança	187
4.4.1. O não cumprimento da prestação e as suas classificações	189
4.4.1.1. Apontamentos preliminares	189
4.4.1.2. Classificação do inadimplemento quanto à imputabilidade ao devedor	191

4.4.1.3. Classificação do inadimplemento quanto à viabilidade da prestação. Nossa proposta sobre a mora na exceção de insegurança	197
4.4.1.4. Classificação do inadimplemento quanto à integralidade da prestação	205
4.4.1.5. Inadimplemento antecipado. Comentários gerais	207
4.4.2. O risco de inadimplemento e a exceção de insegurança. Nossa visão e proposta	211
4.5. Pressupostos	222
4.5.1. Contrato bilateral. Existência do sinalagma entre as prestações	223
4.5.1.1. Noção de sinalagma	228
4.5.1.2. Compreensão contemporânea do sinalagma	231
4.5.1.3. Sinalagma genético e sinalagma funcional	239
4.5.1.4. Não aplicação da exceção de insegurança aos contratos unilaterais e aos contratos bilaterais imperfeitos	242
4.5.1.5. A exceção de insegurança e os deveres secundários	248
4.5.1.6. A exceção de insegurança e os contratos coligados	253
4.5.1.7. A exceção de insegurança e os contratos plurilaterais	257
4.5.2. Contrato com execução futura	259
4.5.2.1. A questão da ordem das prestações à luz do direito positivo. Nossa proposta de abordagem	263
4.5.2.2. Análise e exemplificação do âmbito de atuação da exceção de insegurança: o contrato de compra e venda	265
4.5.3. Diminuição patrimonial do excepto capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação por ele devida	269
4.5.4. Conduta contrária ao programa contratual e a grave insuficiência da capacidade de cumprir ou na solvência do excepto. Nossa crítica e proposta	288

4.5.5. Recusa da prestação pelo excipiente e preenchimento dos pressupostos da exceção de insegurança antes de sua mora ou inadimplemento	304
4.6. O abuso de direito e a exceção de insegurança	309
5. EFEITOS DA EXCEÇÃO DE INSEGURANÇA	317
5.1. Paralisação da pretensão do excepto	317
5.1.1. A duração da paralisação da pretensão do excepto	321
5.2. Nossa proposta sobre a natureza jurídica da satisfação antecipada e da prestação de caução pelo excepto	325
5.3. A exceção de insegurança no contexto das obrigações solidárias	332
5.4. A exceção de insegurança e terceiros. Nossa proposta sobre a exceção de insegurança diante da fragmentação da obrigação	335
6. CONFRONTO COM FIGURAS AFINS	343
6.1. A exceção de contrato não cumprido	343
6.2. Direito de retenção	347
6.3. Vencimento antecipado da obrigação	349
6.4. A perda do benefício do prazo na experiência portuguesa contemporânea e as suas lições para o Brasil	353
6.5. Inadimplemento antecipado	358
6.6. Alteração superveniente das circunstâncias	365
7. CAUSAS IMPEDITIVAS E EXTINTIVAS DA EXCEÇÃO DE INSEGURANÇA	369
7.1. Causas impeditivas	369
7.1.1. Renúncia	369
7.1.2. Saída do estado de perigo antes da invocação da exceção de insegurança	371
7.2. Causas extintivas	372
7.2.1. Adimplemento ou oferecimento de caução	372
7.2.2. Superveniência de hipóteses de extinção da obrigação	373
CONCLUSÕES E PROPOSTAS	375
REFERÊNCIAS	395